

# EXECUÇÃO



## LEGITIMIDADE

### ATIVA

- legitimado ordinário = credor → atinge o credor solidário que não participou da relação processual
- legitimado ordinário derivado/superveniente = aquele que recebeu o crédito por sucessão (*causa mortis* ou *inter vivos*)
- legitimado extraordinário = cobra crédito alheio em nome próprio (ex.: MP em ação civil pública)

### PASSIVA

- legitimado ordinário = devedor → como consta no título
- legitimado ordinário derivado/superveniente = aquele que recebeu o crédito por sucessão (*causa mortis* ou *inter vivos*), por cessão de débito (depende da concordância do credor); o fiador; o responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito; o responsável tributário (definido em lei)

### CUMULAÇÃO SUBJETIVA

- = reunião de **mais de uma pessoa** em um dos polos da execução (litisconsórcio)

### CUMULAÇÃO OBJETIVA

- = acúmulo de **um ou mais objetos** na mesma ação de execução. (mais de um título)

↳ condições:

- mesmo executado
- juiz competente para todas as execuções
- igualdade de procedimento

### INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- cabe intervenção de terceiros em qualquer das fases da execução.

## PRINCÍPIOS

- P. da *nulla executio sine titulo*
  - = não existe execução sem título executivo
  - a **obrigação** deve ser **certa** (existente), **líquida** (objeto determinado) e **exigível** (pode ser imediatamente imposta)
- P. da máxima efetividade da execução
  - os atos devem ser praticados em favor do credor e para satisfazer seu crédito.
- P. do menor sacrifício para o devedor
  - se, por mais de um meio igualmente vantajoso para o credor, for possível efetuar a execução, deve-se escolher o **meio menos gravoso ao executado**.
  - contrapõe-se ao princípio da máxima efetividade
- P. da atipicidade dos meios executivos
  - pode-se adotar as **medidas expressas** no CPC e também **outras** que se mostrem necessárias ao cumprimento da obrigação.
- P. da especificidade da execução
  - aplica-se às **obrigações** de fazer, não fazer e de dar
  - o credor interessa-se pela **prestação pretendida** (não outro bem sucedâneo)
  - só se despendidos todos os esforços (e não for possível a prestação da obrigação específica), permite-se a conversão em perdas e danos
- P. da responsabilidade objetiva
  - o exequente tem o dever de reparar todos os danos que cause ao executado em razão da execução.
  - a responsabilidade é objetiva (independe de culpa ou dolo), mas o executado deve provar os danos e a causalidade

# EXECUÇÃO



## REQUISITOS

- **inadimplemento** (situação de fato)
- **título executivo** (situação de direito)
  - ↳ são títulos executivos **extrajudiciais**:
    - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque
    - la escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor
    - o documento particular assinado pelo devedor e por 2 testemunhas
    - o instrumento de transação referendado pelo MP, pela DP, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal
    - o contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução
    - o contrato de seguro de vida em caso de morte
    - o crédito decorrente de foro e laudêmio
    - o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio
    - a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei
    - o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas
    - a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei
    - todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.

## COMPETÊNCIA

- possibilidades gerais: → ficam à escolha do **exequentе**
- ↳ **domicílio do executado**  
se houver mais de um domicílio, o exequentе pode optar por qualquer um deles
- **domicílio de eleição** (conforme constar do título)
- local de **situação dos bens** executados
- local de **origem do ato ou fato**, ainda que não mais seja o domicílio do executado (se a prática de determinado ato ou fato deu origem ao título executivo extrajudicial)

o **oficial** responsável pelo cumprimento dos atos executivos, pode praticá-los sob determinação do juiz, **não apenas na comarca** sob jurisdição do juiz a que está vinculado, mas também **em comarcas contíguas e de fácil comunicação**.

## ASPECTOS GERAIS

- premissas básicas:

- em regra, a **responsabilidade** será do **devedor**
- a responsabilidade é **patrimonial** (presente e futura)
  - ↳ ainda há situações com responsabilização pessoal (ex.: prisão civil do devedor de alimentos)

## FIADOR

- caso o devedor não cumpra a obrigação, o **fiador** será o responsável patrimonial
- ele pode exigir o respeito ao **benefício de ordem** (salvo se renunciá-lo) indicando bens do devedor que estejam:
  - na mesma comarca
  - livres e
  - desembaraçados
- se houver **execução do fiador**, ele poderá, depois, promover a **execução contra o devedor** principal nos **mesmos autos** do processo.

## FRAUDE À EXECUÇÃO

- a **alienação ou a oneração** de bem é considerada fraude à execução quando:
  - sobre o bem pender **ação fundada em direito real** ou com **pretensão reipersecutória**,
    - ↳ desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver;
  - tiver sido **averbada**, no registro do bem, a **pendência do processo de execução, hipoteca judiciária** ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude;
  - ao tempo da alienação ou da oneração, **tratava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência**;
  - encaixar-se nos **demais casos** expressos em lei.

# EXECUÇÃO

= RESPONSABILIDADE =  
PATRIMONIAL



## BENS PASSÍVEIS DE EXECUÇÃO

- são **sujeitos à execução** os bens:
  - do **sucessor a título singular** (tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória)
  - do **sócio**, nos termos da lei
  - do **devedor**, ainda que em poder de terceiros
  - do **cônjuge** ou **companheiro** (nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida)
  - alienados ou gravados com ônus real em **fraude à execução**
  - cuja **alienação ou gravação** com ônus real tenha sido **anulada** em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores
  - do **responsável**, nos casos de **desconsideração da personalidade jurídica**

## LIMITAÇÕES

- se ficar evidente que o **produto da execução** dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo **pagamento das custas da execução**.
- **impenhorabilidades**

## E. PARA A ENTREGA DE COISA

### CERTA

- = a coisa **previamente determinada** e perfeitamente identificada pelas suas características.
- o executado tem **15 dias** para entregar o bem o juiz já fixará no próprio mandado de citação para o caso de descumprimento:
  - multa
  - ordem para **imissão de posse** (bem imóvel)
  - ordem de **busca e apreensão** (bem móvel).
- o executado poderá:
  - entregar a coisa → será lavrado termo declarando satisfeita a obrigação
  - apresentar embargos à execução
  - não se manifestar → será executada a ordem de imissão de posse ou de busca e apreensão
- o exequente pode optar pelo **recebimento do valor da coisa e de perdas e danos** caso:
  - houver deterioração do bem
  - ele não for entregue ou
  - o exequente não a reclamar contra terceiro
- o exequente pode **reclamar o bem contra terceiros** caso haja alienação da coisa já litigiosa
- o **terceiro só será ouvido se depositar** a coisa em juízo

### INCERTA

- = coisa **determinável** ao tempo do adimplemento pelo **gênero** e pela **quantidade**
- o executado será citado para que entregue a coisa individualizada se a obrigação lhe competir
  - ↳ se a individualização da coisa couber ao **exequente**, ele deverá fazê-lo na petição inicial
- uma vez definida a coisa, a parte que não a individualizou tem prazo de **15 dias** para impugná-la em seguida, segue a execução como a de coisa certa.

## E. DAS OBRIGAÇÕES DE...

### FAZER

- o magistrado citará o executado para que cumpra a obrigação no prazo fixado, sob pena de multa.
- o executado poderá:
  - **realizar a obrigação** na forma do título ou
  - apresentar **embargos à execução**, em 15 dias.
- caso a **ordem** não seja atendida, o exequente poderá:
  - requerer a **conversão** da obrigação **em perdas e danos** ou
  - requerer o **fazimento da obrigação** à custa do executado
    - se a parte executada **cumprir com a obrigação** de fazer, ambos serão **intimados** a se manifestarem para apresentar **impugnações** no prazo de **10 dias**
- ↳ se não houver impugnações, os autos serão extintos com a declaração de cumprimento

se a obrigação de fazer for **pessoal**, o juiz assinalará prazo para o **cumprimento pelo executado**. Em não sendo cumprida, **converter-se-á em perdas e danos**, que passará a ser executada como obrigação de pagar quantia certa.

### NÃO FAZER

- abrange também a de **desfazer**
- caso haja **receio de que a parte possa fazer a coisa**, o interessado pode ingressar com tutela em juízo:
  - caso a **parte faça** a coisa, o juiz pode impor **multa** para que desfaça, ou – caso não desfaça
    - determinar para que haja desfazimento à custa do executado ou conversão em perdas e danos

## EXECUÇÃO = ESPÉCIES =

## ASPECTOS GERAIS

- = obrigação de dar dinheiro.
- suas regras aplicam-se de forma subsidiária aos demais procedimentos

## FASES



## FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO

- adjudicação → passagem dos bens do devedor para o credor como quitação dos bens penhorados p/ satisfazer o crédito
- alienação
- apropriação de fundos e rendimentos

## CITAÇÃO DO DEVEDOR E ARRESTO

- na citação, o juiz informa a cobrança de **10% de honorários** sobre o valor da execução
  - esse valor é reduzido a **5%** se o executado efetuar o pagamento em **3 dias**
  - se ele não pagar no prazo, o oficial fará a **penhora** dos bens
- o executado pode opor **embargos à execução** (se rejeitados, os honorários irão para 20%)
- admitida a execução, far-se-á a **busca dos bens** do devedor (para evitar seu desfazimento)
  - alienação ou oneração de bens após a averbação será presumida **fraude contra a execução** (ineficaz em relação ao exequente)
- arresto** = medida preventiva de apreensão dos bens do devedor pelo Oficial de Justiça (como uma "pré-penhora"), caso vá citar o executado e não o encontre.
- após o arresto, o Oficial deve **voltar ao endereço por 2x** em dias distintos para citá-lo
  - se suspeitar que **esteja se ocultando**, o oficial pode citá-lo com hora certa
  - se desconhecido seu paradeiro, o exequente será intimado para indicar

## PENHORA

- a penhora deve cobrir:
  - valor atualizado do principal
  - juros
  - custas
  - honorários advocatícios

- são **absolutamente impenhoráveis**: DECORE!

- os **bens inalienáveis** e os declarados, por ato voluntário, **não sujeitos à execução**;
- móveis**, pertences e utilidades domésticas que guarneçem a **residência** do executado (salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida)
- vestuários, **pertences de uso pessoal** do executado (salvo se de elevado valor)
- vencimentos, os subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepíos, quantias recebidas por liberalidade de terceiro e **destinadas ao sustento do devedor e de sua família**, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal
- os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os **instrumentos** ou outros bens móveis necessários ou úteis ao **exercício da profissão** do executado
- o seguro de vida**
- os materiais necessários para **obras em andamento**, (salvo se essas forem penhoradas)
- a **pequena propriedade rural** (assim definida em lei, desde que trabalhada pela família)
- os **recursos públicos** recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em **educação, saúde ou assistência social**
- a quantia em **poupança**, até 40 salários-mínimos
- os recursos públicos recebidos do **fundo partidário**
- os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de **incorporação imobiliária**, vinculados à **execução** da obra.

**inalienabilidade** = bens que, determinados por **lei**, ou gravados por **cláusula**, não possam ser vendidos ou gravados com ônus real

## PENHORA

(continuação)



- a penhora deve seguir, preferencialmente, a **ordem**:



## LUGAR DA PENHORA

- em regra, **onde estiverem os bens do executado**.
- casos especiais:
  - penhora de **imóveis ou veículos**: admite-se que ocorra por termo nos autos (com a indicação dos registros)
  - se os **bens estiverem fora da circunscrição** do juiz e não for possível sua realização por termo: usar-se-á a carta precatória

## NOVA PENHORA

- haverá uma **segunda penhora**:
  - no caso de **anulação** da anterior
  - se o fruto da **alienação** for insuficiente
  - se o exequente desistir da primeira

**alienação antecipada** = visando a minimizar prejuízos do tempo sobre certos bens, cabe alienação antecipada de:

- veículos automotores
- pedras e metais preciosos
- móveis sujeitos a depreciação ou deterioração

## EXPROPRIAÇÃO DE BENS

### ADJUDICAÇÃO

- = transferência do **bem penhorado** ao exequente.
  - somente a requerimento do exequente
  - não pode ter valor inferior ao da avaliação
  - exige intimação do executado
  - depende de decisão judicial
- se houver **mais de um pretendente** pelo mesmo bem, faz-se **licitação** entre eles.
  - em caso de igualdade de ofertas, terá **preferência**:
    - cônjuge/companheiro
    - descendente
    - ascendente

**ALIENAÇÃO** → caso seja frustrada a adjudicação

- = **venda** dos bens penhorados para arrecadar o valor devido.
  - a alienação pode ser:
    - por iniciativa particular
    - em leilão judicial { eletrônico ou presencial
- não** podem oferecer lance no leilão:
  - tutor, curador, testamentário, administrador ou liquidante (bens sob sua responsabilidade)
  - juiz, MP, DP e servidores (bens em cuja execução participem)
  - leiloeiros e prepostos (bens sob sua responsabilidade)
  - advogados (se atuarem em favor de alguma das partes)

## SATISFAÇÃO DO CRÉDITO

- pagamento pode ser feito por:
  - adjudicação do bem pelo executado** (antes da alienação, o exequente deverá requerer a transferência do bem como forma de pagamento)
  - entrega do produto arrecadado no leilão**

# EXECUÇÃO

= POR QUANTIA CERTA =

# EXECUÇÃO

## =EMBARGOS=



## ASPECTOS GERAIS

- **ação de conhecimento** (não é defesa no processo de execução ou uma contestação ao procedimento)
- é **ação em paralelo** que visa desconstituir o título executivo (que pressupõe a certeza do direito)

## AJUIZAMENTO

- os embargos podem ser:
  - opostos **no juízo da execução** e distribuídos por dependência
  - caso haja **penhora, avaliação ou alienação** executada por **carta precatória**, ajuizados:
    - no juízo deprecante (juízo da execução)
    - no juízo deprecado (juízo que processa a penhora, avaliação ou alienação)
- devem ser opostos no **prazo de 15 dias**
- **independem** de garantia em juízo

## CONTAGEM DO PRAZO

(prazo de 15 dias)

- se houver **mais de um executado**, o **prazo** para a oposição corre de forma **individual**
- o prazo de Embargos à Execução **não é contado em dobro para os litisconsortes com diferentes procuradores**
- se embargos ajuizados perante o **juízo de execução**, são várias as citações possíveis (altera o início da contagem do prazo):

FORMA DE CITAÇÃO	COMEÇO DO PRAZO
pelos correios	juntada aos autos do Aviso de Recebimento
por oficial de justiça	juntada aos autos do Mandado Cumprido
por ato do escrivão ou chefe de secretaria	na data atestada
por edital	dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz
via eletrônica	dia útil seguinte à consulta ou ao término o prazo para consultar (10 dias)
por Diário de Justiça	data da publicação
por retirada dos autos de cartório	dia da carga

## MATÉRIAS ARGUÍVEIS

- o executado poderá **alegar**:
  - **inexequibilidade do título** ou **inexigibilidade da obrigação**
  - **penhora incorreta** ou **avaliação errônea**
  - **excesso de execução** ou **cumulação indevida** de execuções
  - **retenção por benfeitorias necessárias ou úteis** (nos casos de execução para entrega de coisa certa)
  - **incompetência** (absoluta ou relativa) do juízo da execução
  - **qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir** como defesa em **processo de conhecimento**



ATENÇÃO!

## CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO

- para a concessão de **efeito suspensivo** (se pedido pelo executado), deve-se verificar se:
  - preenchem-se os **requisitos** para a concessão de **tutela provisória** (perigo de dano, risco ao resultado útil do processo ou perigo da demora)
  - houve a realização de **penhora**, **depósito ou caução** em valor suficiente

## EXECUÇÃO execução =EMBARGOS =

### REJEIÇÃO LIMINAR



ATENÇÃO!

- o juiz **rejeitará liminarmente** os embargos:
  - quando **intempestivos**;
  - nos casos de **indeferimento da petição inicial** e de **improcedência liminar** do pedido;
  - **manifestamente protelatórios**.  
↳ consideram-se conduta atentatória à dignidade da justiça

## PARCELAMENTO DA EXECUÇÃO

- é **substitutivo dos embargos**
  - **requerimento do parcelamento** ➢ **oferta da parte contrária** ➢ **juiz decide no prazo de 5 dias**
  - **no prazo que teria para opor os embargos de execução**
- na apresentação do **requerimento**, a parte deve efetuar o **pagamento de 30%** do valor atualizado do débito + custas + honorários advocatícios
  - se o parcelamento for indeferido, os 30% depositados serão convertidos em **penhora**
  - se deferido, a parte pagará os 70% restantes mensalmente, em até **6x** (com correção monetária e juros)

# EXECUÇÃO



## EXECUÇÃO DE ALIMENTOS ||

- o executado tem **3 dias** para efetuar o pagamento após sua **citação**
- quando citado, o executado poderá:
  - cumprir** a obrigação
  - comprovar a **impossibilidade absoluta** de pagar
  - manter-se **inerte** (se débito atual, cabe prisão, se não, executa-se como quantia certa)
  - a prisão será de **1 a 3 meses em regime fechado e em separado** dos demais presos (que praticaram crimes).
  - Em caso de **pagamento** pelo executado, a prisão será **relaxada**

**débito atual** = causa de pedir é o inadimplemento de **3 prestações anteriores** ao ajuizamento da execução já vencidas e as que se **vencerem no curso do processo**

- se o **débito é antigo**, pressupõe-se que não há urgência, então procede-se a **execução tal como a de quantia certa**.
- ordem judicial para **desconto em folha** é direcionada **empregador, diretamente a: autoridade ou empresa.**
  - se a ordem não for cumprida, o terceiro ficará sujeito à pena de **desobediência**

o **desconto em folha** pode ser feito sempre que houver débito e, **mesmo que o executado oponha embargos** à execução, não haverá efeito suspensivo.

- em regra, a concessão de **efeitos suspensivo** aos embargos à execução é a **exceção** e, mesmo nesse caso, continuará válida e eficaz a decisão judicial para os descontos mensais na folha de pagamento durante o trâmite da ação defensiva do executado.

## EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA ||

- a Fazenda Pública **não** inclui
  - sociedades de economia mista
  - empresas públicas

**SÚMULA STJ 279:** é cabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.

### FASES



- nos embargos, a Fazenda tem ampla liberdade para **alegar qualquer matéria** relevante

# execução



## SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

- suspende-se a execução:
  1. no todo ou em parte, quando **recebidos com efeito suspensivo os embargos** à execução
  2. se a alienação dos bens penhorados não se realizar por **falta de licitantes** e o exequente, em 15 dias, não requerer a adjudicação nem indicar outros bens penhoráveis
  3. quando **não for localizado o executado ou bens penhoráveis** (suspende-se por um ano)
  4. quando for concedido o **parcelamento**
  5. quando ocorrerem **situações que determinam a suspensão do processo de conhecimento** que, se se adequarem ao processo de execução

## EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

- extingue-se a execução quando:  DECORE!
  - a petição **inicial for indeferida**;
  - a **obrigação for satisfeita**;
  - o executado obtiver, por qualquer **outro meio, a extinção total da dívida**;
  - o exequente **renunciar ao crédito**;
  - ocorrer a **prescrição intercorrente**.
    - no caso de prescrição intercorrente, o juiz irá intimar as partes a se manifestarem no prazo de 15 dias
    - após, ele extinguirá o cumprimento de sentença ou a execução, sem ônus para as partes.
- a extinção só **produz efeito** quando declarada por **sentença**.